



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Excelentíssimo Senhor

CARLINHO ANTONIO POLAZZO

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O vereador infra-assinado **CLAUDEMIR ZANCO – PDT**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário e solicita apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte **Projeto de Lei**:

Projeto de Lei nº ...100.../2017

Súmula: Torna obrigatória a colocação e adequação de “Grades Protetoras” em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto deste município e dá outras providências.

Art. 1º Fica por esta Lei obrigada a Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras quando da aprovação de novas licitação para execução de asfalto em programas existentes no perímetro urbano, constar nos projetos de infra-estrutura o nivelamento das bocas de lobo com a pavimentação asfáltica a ser executada e também a colocação de “grades protetoras” em todas as bocas de lobo da rede de águas pluviais nas vias que façam parte do programa.

Parágrafo Único. A obrigação a que se refere o caput deste artigo aplica-se também para todos os novos projetos que forem aprovados pela Prefeitura Municipal à iniciativa privada no município.

Art. 2º O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pato Branco, 18 de julho de 2017.

CLAUDEMIR ZANCO

Vereador PDT

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
19-JUL-2017-10:06-029673-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

O projeto visa estabelecer a obrigatoriedade, de acordo com a necessidade de drenagem das águas pluviais que correm pelas sarjetas, a colocação imediata das grades protetoras e nivelamento com a camada asfáltica, melhorando assim o planejamento urbano no município.

As atuais vias que recebem a camada de asfalto, têm essa deficiência, onde ocasionam acidentes com pedestres e veículos, sendo uma reivindicação por parte da população que seja sanada essa falha de mobilidade urbana.

Visa também a normatização das bocas de lobo nas vias do município.


CLAUDEMIR ZANCO
Vereador PDT



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PARECER JURÍDICO PROJETO DE LEI Nº 100/2017

Pretende o ilustre Vereador Claudemir Zanco – PDT, através do Projeto de Lei em epígrafe, obter autorização legislativa para tornar obrigatória a colocação e adequação de “grades Protetoras” em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto deste município.

Em síntese, justifica o autor que o projeto visa estabelecer a obrigatoriedade, de acordo com a necessidade de drenagem das águas pluviais que correm pelas sarjetas, a colocação imediata das grades protetoras e nivelamento com a camada asfáltica, melhorando assim o planejamento urbano no município.

Afirma, que as atuais vias que recebem a camada de asfalto, têm essa deficiência, onde ocasionam acidentes com pedestres e veículos, sendo uma reivindicação por parte da população que seja sanada essa falha de mobilidade urbana.

É o brevíssimo relatório.

Pelo que se denota, a intenção do autor é tornar obrigatório quando da aprovação de novas licitações para execução de asfalto de programas existentes no perímetro urbano, constar nos projetos de infra-estrutura o nivelamento das bocas de lobo com a pavimentação asfáltica a ser executada e também a colocação de “grades protetoras” em todas as bocas de lobo da rede de águas pluviais nas vias que façam parte do programa.

Ao que pese a nobre intenção do ilustre edil, em tese **entendemos s.m.j que objeto tratado é de pura gestão administrativa, sendo desnecessária a edição de lei para tanto**, todavia recomendamos seja oficiado a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para que se manifeste tecnicamente a respeito desta proposta legislativa.



Câmara Municipal de Pato Branco

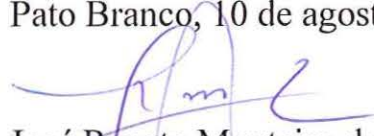
Estado do Paraná



Feitas essas considerações, após cumpridas as formalidades legais, **postulamos pelo retorno do Projeto de Lei para conclusão do parecer.**

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 10 de agosto de 2017.


José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico


Luciano Beltrame
Procurador Legislativo



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

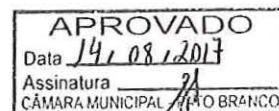
GABINETE DO VEREADOR RODRIGO JOSÉ CORREIA - PSC



Excelentíssimo Senhor

CARLINHO ANTONIO POLAZZO

Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco



Requer seja oficiada a Secretaria Municipal de Engenharia, Obra e Serviços Públicos, para que se manifeste tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº. 100/2017, o qual torna obrigatória a colocação e adequação de "Grades Protetoras" em todas as bocas de lobo em nosso município.

O Vereador **Rodrigo José Correia – PSC** no uso de suas atribuições legais e regimentais requer seja oficiada a Secretaria Municipal de Engenharia, Obra e Serviços Públicos, para que se manifeste tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº. 100/2017, o qual torna obrigatória a colocação e adequação de "Grades Protetoras" em todas as bocas de lobo em nosso município.

A manifestação técnica desta Secretaria é de suma importância para que posteriormente o relator da matéria possa exarar o parecer.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 14 de agosto de 2017.

Rodrigo Correia
Rodrigo José Correia
Vereador -PSC

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -14-Ago-2017-10:56-030078-1/1

RGR 237/2017



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

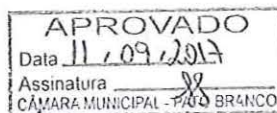
GABINETE DO VEREADOR RODRIGO JOSÉ CORREIA - PSC



Excelentíssimo Senhor

CARLINHO ANTONIO POLAZZO

Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
-11-Set-2017-10:30-030424-1/1
[signature]

Reitera pedido para que seja oficiada a Secretaria Municipal de Engenharia, Obra e Serviços Públicos, para que se manifeste tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº. 100/2017, o qual torna obrigatória a colocação e adequação de "Grades Protetoras" em todas as bocas de lobo em nosso município.

O Vereador **Rodrigo José Correia – PSC** no uso de suas atribuições legais e regimentais reitera pedido para que seja oficiada a Secretaria Municipal de Engenharia, Obra e Serviços Públicos, para que se manifeste tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº. 100/2017, o qual torna obrigatória a colocação e adequação de "Grades Protetoras" em todas as bocas de lobo em nosso município.

A manifestação técnica desta Secretaria é de suma importância para que posteriormente o relator da matéria possa exarar o parecer.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 11 de setembro de 2017.

Rodrigo Correia
Rodrigo José Correia
Vereador -PSC

RGR 266/2017



Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de Lei nº 100/2017.

Pato Branco, 15/02/2018.


Marínes Boff Gerhardt - PSDB
Presidente



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Excelentíssimo Senhor

JOECIR BERNARDI

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Súmula: Reiterando, requer a manifestação da Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos a respeito do Projeto de Lei nº 100/2017.

O vereador infra-assinado, **Carlinho Antonio Polazzo – PROS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e na condição de Relator na Comissão de Justiça e Redação, Reiterando pedidos anteriores, requer a manifestação da Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos a respeito do Projeto de Lei nº 100/2017, o qual torna obrigatória a colocação e adequação de “grades protetoras” em todas as bocas de lobo em nosso município.

Necessitamos do envio da referida manifestação para exarmos o parecer junto a comissão de Justiça e Redação.

Nestes termos, pede deferimento

Pato Branco, 28 de fevereiro de 2018.


Carlinho Antonio Polazzo
Vereador – PROS

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
-01-Mar-2018 13:54:03:986-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Excelentíssimo Senhor

JOECIR BERNARDI

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



REQUERIMENTO Nº 545/2018

Reiterando, requer a manifestação da Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos a respeito do Projeto de Lei nº 100/2017.

O vereador infra-assinado, **Carlinho Antonio Polazzo – PROS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e na condição de Relator na Comissão de Justiça e Redação, Reiterando pedidos anteriores, requer a manifestação da Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos a respeito do Projeto de Lei nº 100/2017, o qual torna obrigatória a colocação e adequação de “grades protetoras” em todas as bocas de lobo em nosso município.

Necessitamos do envio da referida manifestação para exarmos o parecer junto a comissão de Justiça e Redação.

Nestes termos, pede deferimento

Pato Branco, 10 de outubro de 2018.

Carlinho Antonio Polazzo
Vereador – PROS

Carlinho



Câmara Municipal de Pato Branco

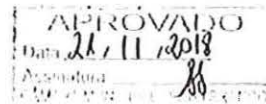
Estado do Paraná

GABINETE DO VEREADOR JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA - PT Req. 294/2018

Exmo. Senhor
Joecir Bernardi
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



REQUERIMENTO Nº 894/2018



Requer à Mesa Diretora desta Casa de Leis, que ingresse na justiça, em relação ao não envio de respostas relativas aos Ofícios 693/2017, 790/2017, 90/2018 e 701/2018, vinculados ao Projeto de Lei 100/2017 o qual trata da colocação e adequação de grades protetoras nas bocas de lobos.

O vereador infra-assinado, José Gilson Feitosa da Silva - PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer à Mesa Diretora desta Casa de Leis, que ingresse na justiça com as medidas judiciais cabíveis, em relação ao não envio de respostas relativas aos Ofícios, vinculados ao Projeto de Lei 100/2017 o qual trata da colocação e adequação de grades protetoras nas bocas de lobos:

- Ofício 693/2017, datado de 15 de agosto de 2017;
- Ofício 790/2017, datado de 11 de setembro de 2017;
- Ofício 90/2018-DL, datado de 06 de março de 2018;
- Ofício 701/2018-DL (Requerimento 545/2018), datado de 16 de outubro de 2018.

Justifica-se o pedido, tendo em vista a Lei Orgânica do Município de Pato Branco que estabelece em seu Art. 14, §1º "é fixado em 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis mencionados nesse artigo prestem informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo, na forma do disposto na presente Lei".

Ainda em seu §2º fica descrito que "o não atendimento, no prazo estipulado no parágrafo anterior, faculta o Presidente da Comissão ou da Câmara Municipal solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação".

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 21 de novembro de 2018.


José Gilson Feitosa da Silva
Vereador - PT



Pato Branco



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
Secretaria de Engenharia e Obras



MMS

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral

23-Nov-2018 14:38:03 4556-1/2

Ofício nº 139/2018 - SEO

Pato Branco, 22 de novembro de 2018.

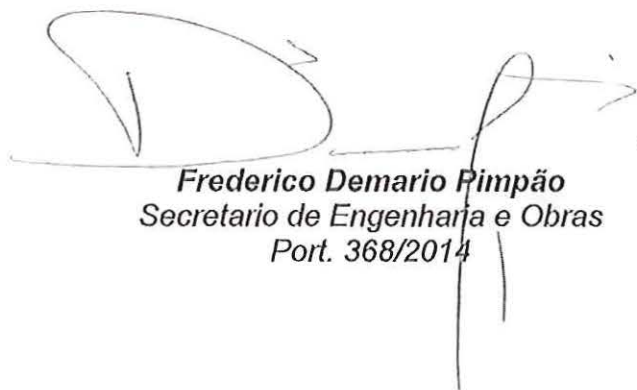
Senhor Presidente,

Encaminhamos as respostas relativas ao requerimento nº 545 e ofícios nº 90, 693, 701 e 790. Nos quais solicitava parecer a respeito do projeto de lei **100/2017**, que propõe tornar obrigatório a colocação e adequação de 'grades protetoras' em todas as bocas de lobo de água pluviais nos programas de asfalto deste município e dá outras providências.

Informo que este tipo de serviço já é exigência dos órgãos financiadores (ministério das cidades e órgão do governo do estado), sendo que quando do envio dos projetos, para aprovação, tais serviços são contemplados na planilha de custo.

Também quando de vistoria dos serviços por parte dos órgãos financiadores os mesmos são conferidas e se os mesmos não estiverem executadas, o serviço referente a este item não será pago.

Respeitosamente,



Frederico Demario Pimpão
Secretário de Engenharia e Obras
Port. 368/2014

A Sua Excelência o Senhor
JOECIR BERNARDI
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – PR

Pato Branco



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 100/2017

Autor: Claudemir Zanco - PDT

Relator: Carlinho Antonio Polazzo – PROS

Súmula: Torna obrigatória a colocação e adequação de “grades protetoras” em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto deste município e dá outras providências.

RELATÓRIO

Através do Projeto em análise, o vereador proponente Claudemir Zanco - PDT, busca instituir lei visando tornar obrigatória a colocação e adequação de “grades protetoras” em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto deste município.

Em sua justificativa, o proponente enaltece a necessidade de nivelamento da boca de lobo com a rua, melhorando assim o planejamento urbano do município.

Justifica ainda, comentando de que por ocasião das novas pavimentações asfálticas, as bocas de lobo existentes acabam ficando desniveladas com leito da pista de rolamento, necessitando assim, serem realizadas as devidas adequações.

ANÁLISE

A assessoria e procuradoria jurídica da casa se manifestou no dia 10 de agosto de 2017, entendendo tratar-se de matéria onde o objeto tratado é de **pura** gestão administrativa, sendo desnecessária a edição de lei para tanto e recomendou para que fosse oficiado a Secretaria Municipal de Obras e serviços Públicos, para que se manifeste tecnicamente a respeito da proposta.

No dia 14 de agosto de 2017, foi aprovado requerimento do relator no ano de 2017, Vereador Rodrigo José Correia – PSC, solicitando manifestação técnica da Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos sobre o projeto.

No dia 11 de setembro foi aprovado requerimento do relator, Vereador Rodrigo José Correia – PSC, Reiterando a solicitação de manifestação técnica da Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos sobre o projeto.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
-10-Dez-2018-13:58-03475-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



No dia 15 de fevereiro de 2018 o referido Projeto de Lei foi redistribuído, passando este vereador a ser o relator.

No dia 05 de março de 2018, foi aprovado requerimento do presente relator, Reiterando a solicitação de manifestação técnica da Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos sobre o projeto.

No dia 15 de outubro de 2018, foi aprovado requerimento do presente relator, Reiterando a solicitação de manifestação técnica da Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos sobre o projeto.

No dia 21 de novembro de 2018, foi aprovado requerimento solicitando a mesa diretora para que ingressasse na justiça visando o atendimento aos vários requerimentos, os quais não foram respondidos.

No dia 22 de novembro de 2018, A Secretaria de engenharia, Obras e Serviços Públicos, enviou resposta através do ofício nº 139/2018, assinado pelo Secretário Frederico Demario Pimpão.

Em sua resposta, o Secretário informa que este tipo de serviço já é exigência dos órgãos financiadores, sendo que quando do envio dos projetos para aprovação, tais serviços são contemplados na planilha de custo.

Diz ainda que quando da vistoria dos serviços por parte dos órgãos financiadores os mesmos são conferidas e se os mesmos não estiverem executadas, o serviço referente a este item não será pago.

Quase 02 anos depois da primeira solicitação enviada e a resposta não atende a solicitação, pois o pedido era de manifestação técnica acerca do projeto de lei e não sobre como é feito atualmente.

Inclusive na resposta não menciona em relação às pavimentações realizadas com recursos próprios nem tampouco sobre as consequências para os casos de licitações onde este item não é executado, pois diz somente que não seriam pagos. Mas e qual consequência? Será determinado para que seja feito ou fica por isso mesmo?

O pedido é para que a manifestação seja técnica acerca da aplicabilidade da matéria, se a mesma é importante ou não e se há necessidade de algumas adequações no projeto de lei.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Portanto na minha análise, os pedidos de manifestação técnica não foram contemplados na resposta enviada.

VOTO DO RELATOR

Considerando a análise anteriormente exposta, onde a matéria tramita nesta casa por quase 2 anos e o fato de que a administração municipal, praticamente ignorou o projeto opinarei favoravelmente a tramitação e aprovação do presente projeto de lei, mesmo ciente de que o projeto poderá ser vetado com alegação de vício de iniciativa.

Assim, diante das alegações e considerações apresentadas, opto por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, a regular tramitação e aprovação da presente matéria.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 10 de dezembro de 2018.


Carlinho Antonio Polazzo – PROS
Relator


Marines Boff Gerhardt – PSDB
Presidente


Rodrigo José Correia – PSC
Membro


Moacir Gregolin - MDB
Membro


Ronalce Moacir Dalchiavan – PP
Membro



Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

PROCURADORIA JURÍDICA

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 100/2017. **RETORNO**

Pato Branco, 10/12/2018.



Câmara Municipal de Pato Branco
Estado do Paraná

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 100/2017.

Pato Branco, 18/03/2019.

Ronalce Moacir Dalchiavan - PP
Presidente



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PARECER: Projeto de Lei nº. 100/2017

SÚMULA: Torna obrigatória a colocação e adequação de "Grades Protetoras" em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto deste município e dá outras providências.

Autor: Claudemir Zanco – PDT

Pretende o proponente, através do Projeto de Lei em análise, tornar obrigatória a colocação e adequação de "Grades Protetoras" em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto de nosso município.

O projeto determina que todo contrato referente à pavimentação asfáltica, esteja explícito no projeto de infraestrutura o nivelamento das bocas de lobo com a pavimentação asfáltica.

Conforme resposta da Secretaria de Engenharia e Obras, este tipo de serviço já é exigência e objeto de vistoria por parte dos órgãos financiadores, no entanto, após fiscalização realizada por este vereador, verificou-se que em vários locais não houve a adequação das bocas de lobo, gerando muitas dúvidas a respeito do que o projeto de execução contempla.

Entendendo que a matéria tem como escopo a prevenção de acidentes com pedestres e veículos, sendo uma demanda da população como um todo, o referido projeto vem a sanar esta falha em relação à mobilidade urbana.

Por fim, considerando que a matéria se trata de interesse público e atendendo o que preceitua o art. 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, opto por exarar PARECER FAVORÁVEL à sua regular tramitação.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 20 de março de 2019.

Fabricio Preis de Mello – PSD
Membro- Relator

Moacir Gregolin – MDB
Membro

Ronalce Moacir Dalchiavon – PP
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -20-Mar-2019-17:23:034936-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



ATA Nº 02/2019 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2019, às 17h00, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas: **Fabício Preis de Mello - PSD, Moacir Gregolin - MDB e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP (Presidente)** e os assessores parlamentares Neivor Barro, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir parecer favorável aos Projetos de Lei nº 58/2019 - Autoriza o Poder Executivo a instalar cisternas nos ginásios poliesportivos no município e dá outras providências; nº 212/2018 - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos cartórios afixarem placa ou cartaz informando a gratuidade da emissão de certidão de óbito e nascimento, bem como a gratuidade das demais certidões emitidas para as pessoas que comprovarem baixa renda no Município de Pato Branco; nº 74/2019 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o "Banco Municipal de Materiais Ortopédicos" e dá outras providências e nº 100/2017 - Torna obrigatória a colocação e adequação de "Grades Protetoras" em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto deste município e dá outras providências. Será oficiado o Executivo Municipal para que forneça documentação com relação aos Projetos de Lei nº 210/2018 - Revoga o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1157, de 21 de outubro de 1992, que autorizou o Executivo Municipal a aceitar doação de imóvel e outros bens do Pato Branco Esporte Clube; e nº 88/2019 - Altera a estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do Poder Executivo do Município de Pato Branco, estabelecidas pela Lei Municipal nº 4742, de 29 de fevereiro de 2016, inclui o cargo de Chefe da Divisão de Manutenção da EPTA no Aeroporto Municipal, para posterior emissão dos pareceres. Será solicitado o parecer da Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) sobre o Projeto de Lei nº 213/2018 - Dispõe sobre o corte do fornecimento residencial de água por falta de pagamento da tarifa correspondente. Serão solicitados os pareceres do CREA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) e do Executivo Municipal quanto ao Projeto de Lei nº 209/2016 - Dispõe sobre a instituição da periodicidade da realização de perícia técnica nas principais vias asfaltadas do sistema viário Municipal e dá outras providências. Por fim, será solicitado o parecer da Secretaria Municipal de Meio Ambiente quando ao Projeto de Lei nº 70/2019 - Cria o Programa "Cidade Contra a Dengue". Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Ronalce Moacir Dalchiavan – PP
Presidente

Fabício Preis de Mello – PSD
Membro

Pato Branco, 20 de março de 2019.

Moacir Gregolin - MDB
Membro

Aline Monike Barão
Assessora parlamentar





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 100/2017.

Pato Branco, 23/03/2019.


José Gilson Feitosa da Silva – PT
Presidente



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 100/2017

O Vereador Claudemir Zanco - PDT, propôs o Projeto de Lei nº 100/2017 que torna obrigatória a colocação e adequação de "Grades Protetoras" em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto deste município e dá outras providências.

Aduz o proponente que o objetivo da presente demanda é estabelecer a obrigatoriedade, de acordo com a necessidade, de drenagem das águas pluviais, as quais correm pelas sarjetas, bem como, a colocação imediata das grades protetoras e o nivelamento com a camada asfáltica, visando sempre melhorar o planejamento urbano.

Temos em nosso Município diversas ruas que recebem a camada asfáltica e apresentam tal deficiência, ocasionando acidentes com pedestres e veículos, eis o objetivo do projeto em tela, adequar as bocas de lobo nas vias do município, justamente para evitar acidentes seja com pedestres e/ou condutores, proporcionando mais qualidade de vida e segurança a todos.

Após análise dos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, especialmente a análise criteriosa deste relator, os membros da referida comissão atendendo ao que preceitua o art. 63 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco optaram por exarar **PARECER FAVORÁVEL** à regimental tramitação do Projeto de Lei em epígrafe.

É o nosso parecer.

Pato Branco, 26 de março de 2019.

Rodrigo José Correia

Rodrigo José Correia - PSC
Membro Relator

Claudemir Zanco
Claudemir Zanco – PDT
Membro

José Gilson Feitosa da Silva
José Gilson Feitosa da Silva - PT
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 01-Abv-2019-1658-03044-1/1





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 100/2017

Torna obrigatória a colocação e adequação de "Grades Protetoras" em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto deste município e dá outras providências.

Art. 1º Fica por esta Lei, obrigada a Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras quando da aprovação de nova licitação para execução de asfalto em programas existentes no perímetro urbano, constar nos projetos de infraestrutura o nivelamento das bocas de lobo com a pavimentação asfáltica a ser executada e também a colocação de "grades protetoras" em todas as bocas de lobo da rede de águas pluviais nas vias que façam parte do programa.

Parágrafo único. A obrigação a que se refere o *caput* deste artigo aplica-se também para todos os novos projetos que forem aprovados pela Prefeitura Municipal à iniciativa privada no município.

Art. 2º O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Claudemir Zanco - PDT.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 5.319, DE 11 DE ABRIL DE 2019

Torna obrigatória a colocação e adequação de “Grades Protetoras” em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto deste município e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica por esta Lei, obrigada a Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras quando da aprovação de nova licitação para execução de asfalto em programas existentes no perímetro urbano, constar nos projetos de infraestrutura o nivelamento das bocas de lobo com a pavimentação asfáltica a ser executada e também a colocação de “grades protetoras” em todas as bocas de lobo da rede de águas pluviais nas vias que façam parte do programa.

Parágrafo único. A obrigação a que se refere o *caput* deste artigo aplica-se também para todos os novos projetos que forem aprovados pela Prefeitura Municipal à iniciativa privada no município.

Art. 2º O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Claudemir Zanco.

Gabinete do Prefeito, 11 de abril de 2019.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

Publicado por:
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini
Código Identificador:99BA435A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/04/2019. Edição 1738

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

**Publique-se
Dorli Netto
Pregoeiro**



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 100/2017

RECEBIDO EM: 19 de julho de 2017.

SÚMULA: Torna obrigatória a colocação e adequação de "Grades Protetoras" em todas as bocas de lobo de águas pluviais nos programas de asfalto deste município e dá outras providências.

(Fica por esta Lei obrigada a Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras quando da aprovação de novas licitação para execução de asfalto em programas existentes no perímetro urbano, constar nos projetos de infraestrutura o nivelamento das bocas de lobo com a pavimentação asfáltica a ser executada e também a colocação de "grades protetoras" em todas as bocas de lobo da rede de águas pluviais nas vias que façam parte do programa).

AUTOR: Claudemir Zanco - PDT

LEITURA EM PLENÁRIO: 19 de julho de 2017

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 10 de agosto de 2017

RELATOR: Rodrigo José Correia - PSC

REDISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 15 de fevereiro de 2018

RELATOR: Carlinho Antonio Polazzo - PROS

PARECER FAVORÁVEL emitido em: 10 de dezembro de 2018

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM: 18 de março de 2019

RELATOR: Fabricio Preis de Mello - PSD

PARECER FAVORÁVEL emitido em: 20 de março de 2019

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 23 de março de 2019

RELATOR: Rodrigo José Correia - PSC

PARECER FAVORÁVEL emitido em: 1º de abril de 2019

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 3 de abril de 2019 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski – PV, Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – MDB, Rodrigo José Correia – PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.

* O Vereador Suplente Amilton Maranoski - PV assumiu a vaga do Vereador Titular Marco Antonio Augusto Pozza - PSD pelo período de sua licença, de 12 de fevereiro a 30 de abril de 2019.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 8 de abril de 2019 – Aprovado com 17 (sete) votos e 3 (três) ausências.

Votaram a favor: Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – MDB, Rodrigo José Correia – PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.

Ausentes, os vereadores Amilton Maranoski – PV, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD.

* O Vereador Suplente Amilton Maranoski - PV assumiu a vaga do Vereador Titular Marco Antonio Augusto Pozza - PSD pelo período de sua licença, de 12 de fevereiro a 30 de abril de 2019.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 279/2019/DL, de 9 de abril de 2019.

SANÇÃO: Lei nº 5319, de 11 de abril de 2019

PUBLICAÇÃO: Publicada na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7368, de 17 de abril de 2019 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/4/2019. Edição nº 1738